



PROMETEUS - FILOSOFIA



MESTRADO EM FILOSOFIA/ UFS - CATEDRA UNESCO/ ARCHAÍ

Julho - Dezembro de 2014 - volume 7 - Ano 7 - N. 16

ISSN: 2176-5960

MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NOS DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO *

Rafael Salatini

Doutor em Ciência Política – FFLCH-USP

Professor de Ciência Política – Unesp-Marília

RESUMO: O texto apresenta um estudo analítico do tema das relações internacionais na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* de Maquiavel, destacando os temas da guerra e da paz, especialmente no livro II.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel. República. Guerra. Paz.

ABSTRACT: This paper presents an analytical study of the issue of international relations in the work Machiavelli's *Discourses on the first decade of Livy*, highlighting the themes of war and peace, especially in book II.

KEYWORDS: Machiavelli. Republic. War. Peace.

* Este texto, aqui revisto, foi apresentado na “1ª Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UFGD”, entre os dias 12 e 14/11/2010, na cidade de Dourados-MS. (Pesquisa financiada pela Fapesp em nível de doutoramento.)

Concernentemente ao pensamento político de Nicolau Maquiavel, abordei alhures o tema das relações internacionais em *O príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1531), de modo que pretendo analisar aqui o mesmo tema nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (escritos entre 1513 e 1517 e publicados em 1531), com a ressalva de que aquela obra abordava o tema sob o ponto de vista dos principados, concernentemente à questão da relação entre o príncipe e outros Estados, enquanto esta última versa sob o ponto de vista das repúblicas, concernentemente à questão da relação entre as repúblicas e outros Estados, as duas formas de governo nas quais Maquiavel divide, essencialmente, todos os Estados, e que servem de tema central para suas duas grandes obras de teoria política.

Do ponto de vista formal, enquanto *O príncipe* consiste num pequeno tratado com 26 capítulos curtos, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* consistem num longo discurso dividido internamente em três livros de grande extensão, com 142 capítulos ao todo. O primeiro livro (com 60 capítulos) é dedicado ao tema da república romana do ponto de vista interno, afirmando-se que, “visto que as coisas realizadas por ela [a república romana] e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção, acrescentando tudo o que delas decorria” (I, 1). O segundo livro (com 33 capítulos) é dedicado à expansão imperial romana, e, portanto, ao tema da república do ponto de vista externo, afirmando-se que, “depois de falarmos, no livro anterior, das deliberações tomadas pelos romanos no que se refere à vida interna da cidade, neste falaremos de suas deliberações referentes ao aumento de seu império” (II, introdução). E, por fim, o terceiro livro (com 49 capítulos) é dedicado às relações entre o Estado e os indivíduos, afirmando-se que, “para demonstrar como as ações dos homens, individualmente, engrandeceram Roma e produziram naquela cidade muitos bons efeitos, passarei à narração e à consideração desses fatos, com o que se concluirão este terceiro livro e a última parte desta primeira Década” (III, 1).

Do ponto de vista substantivo, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* se inserem na clássica tradição das obras que contam e comentam a história política de Roma, cujo modelo remonta às obras de Políbio, Tito Lívio e Tácito, autores nos quais Maquiavel se inspira e se fundamenta, e alcança de certa maneira desde uma obra medieval como *A cidade de Deus contra os pagãos* (413-426) de Santo Agostinho

até uma obra moderna como as *Considerações sobre a grandeza e a decadência dos romanos* (1734) de Montesquieu e cuja influência, de resto, pode ser medida em praticamente todos os pensadores fortemente inspirados pela história política romana (como Vico, Rousseau e Hegel). Ademais, nunca será inútil repetir o quanto Maquiavel se inspiraria na estratégia romana como núcleo de todo seu pensamento político, minuciosamente repetida, a partir da leitura das obras (além do grego Xenofonte) dos estrategistas romanos antigos como Vegécio e Frontino, em *A arte da guerra* (escrita entre 1519 e 1520 e publicada em 1521), única obra política que chegaria a publicar em vida.

Com relação ao tema das relações internacionais, assim como havia escrito em *O príncipe* que “um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos, e outro externo, por conta dos potentados estrangeiros” (XIX), Maquiavel reconhece, no primeiro trecho citado acima, que a vida política da república romana pode ser dividida não apenas nas questões de deliberação “pública” (tema do livro I) ou “privada” (tema do livro III), mas igualmente nas questões ocorridas “dentro” (tema dos livros I e III) ou “fora” da cidade (tema do livro II), repetindo, no segundo trecho, a mesma distinção com relação à “vida interna da cidade” e as “deliberações referentes ao aumento de seu império”. No primeiro caso, trata-se, respectivamente, da diferença entre as relações do tipo república-cidadãos (questão pública) e as relações cidadão-cidadão (questão privada); no segundo, da diferença entre as relações república-cidadãos (questão interna) e as relações república-repúblicas ou república-principados (questão externa).

Tais distinções são importantíssimas, entre outros, por dois motivos: em primeiro lugar, com elas Maquiavel traçará fundamentalmente as linhas temáticas desenvolvidas nos três livros dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; e, em segundo lugar, especialmente partindo da distinção entre questão interna e questão externa, Maquiavel abordará distintamente dois dos temas mais importantes do pensamento político de todos os tempos: internamente, a relação entre opressão-liberdade, e, externamente, a relação entre guerra-paz (questão externa).

Muitos trabalhos já analisaram o tema da república em Maquiavel sob o ponto de vista da política interna (relação opressão-liberdade), especialmente tratado no livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, mas raros são os trabalhos que

dedicaram a mesma atenção ao tema sob o ponto de vista da política externa (relação guerra-paz), especialmente tratado no livro II (e o mesmo poderia ser dito dos temas tratados no livro III).

Tomando-se os dois primeiros livros, no livro I, que trata da política interna, Maquiavel relata o nascimento e a instituição da forma de governo republicana em Roma, baseado centralmente no tema da liberdade; enquanto, no livro II, que trata da política externa, relatará a expansão do império romano, baseado centralmente no tema da guerra. Substantivamente, o primeiro livro apresenta uma ampla apologia da liberdade, baseada no princípio segundo o qual *libertas est quaerenda* [a liberdade deve ser buscada], enquanto o segundo livro apresenta uma ampla apologia da guerra, baseada no princípio segundo o qual *bellum est quaerenda* [a guerra deve ser buscada]. Ambas, liberdade (internamente) e guerra (externamente), foram importantes para o engrandecimento político romano. Tanto que Maquiavel inicia seus discursos com as seguintes palavras: “Quem quiser que uma cidade forme um grande império, deverá empenhar-se para enchê-la de habitantes; porque, sem essa abundância de homens, nunca conseguirá tornar grande uma cidade. Isso é feito de dois modos: pelo amor e pela força. Pelo amor, mantendo abertos e seguros os caminhos para os estrangeiros que pretendam morar na cidade, para que nela morem os que o desejarem; pela força, destruindo as cidades vizinhas e mandando seus habitantes morar na tua cidade. E isso foi tão observado por Roma, que, no tempo do sexto rei, ali moravam oitenta mil homens capazes de portar armas” (II, 3).

Maquiavel considera que a expansão romana, feito grandioso e único da antiguidade clássica, está fortemente relacionada com a sua ordenação interna (motivo porque somente a discute depois de haver discutido extensamente aquela questão): sem a manutenção interna da liberdade, garantida pela instituição da república, Roma não teria se tornado, externamente, um grande império. Justamente, um dos aspectos mais importantes da liberdade romana era a liberdade concedida, pelo *ius gentium* [direito dos gentios], aos estrangeiros. Comparando a república romana com os exemplos gregos de Esparta e Atenas, as duas mais importantes cidades helênicas, que, todavia, pouco ou nenhum direito concediam aos estrangeiros, Maquiavel percebe que, “embora – como escreve mais à frente – fossem duas repúblicas muito bem armadas e ordenadas com ótimas leis, não chegaram à grandeza do Império Romano”, enquanto Roma, ainda que fosse “mais tumultuada e não tão bem ordenada como aquelas” (II, 3), transformar-

se-ia de uma pequena república num grande império (mesma opinião que será apresentada por Bacon, grande leitor de Maquiavel, em seus *Ensaio*s, publicados em 1597 [1ª ed.] e 1625 [2ª ed.]).

Nesse princípio inovador do direito romano (que será repetido por Kant, como *ius cosmopolitanum* [direito cosmopolita], ainda no século XVIII) será baseado o segredo da expansão romana, pois “quem quiser – escreve – que uma cidade forme um grande império, deverá empenhar-se para enchê-la de habitantes”, uma vez que “sem essa abundância de homens, nunca conseguirá tornar grande uma cidade”. Embora as cidades gregas houvessem desenvolvido alguns instrumentos internacionais importantes, como a *συνμυχία* [federação], em nenhum momento suas instituições políticas internas reconheceram a relevância de conceder o *status* de cidadania aos estrangeiros, sobretudo àqueles que não possuíam origem helênica, considerados não apenas como *ξένοι* [estrangeiros], mas como *βάρβαροι* [bárbaros]. Como resultado dessa cultura xenófoba, o limite populacional das cidades helênicas não permitiu que fossem capazes de enfrentar, por falta de braços armados, nem o império macedônio nem o império romano.

Todavia, segundo Maquiavel, há duas formas de reunir cidadãos estrangeiros para o império: “pelo amor e pela força”. A primeira forma se faz “mantendo abertos e seguros os caminhos para os estrangeiros que pretendam morar na cidade, para que nela morem os que o desejarem”; a segunda, “destruindo as cidades vizinhas e mandando seus habitantes morar na tua cidade”. Percebe-se que o *ius gentium* [direito dos gentios] não era utilizado apenas no que se refere às cidades amigas, “pelo amor”, mas também concernentemente às cidades inimigas, “pela força”. Em ambos os casos, procedentes de cidades amigas ou inimigas, Roma permitia que os cidadãos estrangeiros, submetidos externamente à vontade romana, vivessem livremente em seu seio, garantindo que, passando do tema da liberdade para a guerra, “no tempo do sexto rei [romano], ali moravam oitenta mil homens capazes de portar armas”, esclarecendo a importância do aumento do contingente populacional romano. Em outras palavras, em virtude de sua política aberta aos estrangeiros, Roma conseguiria formar o maior exército da antiguidade, composto exclusivamente por seus próprios cidadãos (legítimos ou não), conforme afirma Maquiavel, num trecho do *Discurso sobre nossa língua* (1525): “Os romanos em seus exércitos não tinham mais do que duas legiões de romanos, as quais eram cerca de doze mil pessoas, ao passo que havia vinte mil de outras nações. No

entanto, como essas legiões eram, com seus chefes, o nervo do exército e porque militavam todos sob a ordem e disciplina romana, esses exércitos eram mantidos sob o nome, a autoridade e dignidade romanas”.

Dessa forma, argumentará Maquiavel, a primeira questão com que uma república se depara, externamente, quando decide se expandir frente a outros povos consiste (ainda sob o ponto de vista da relação entre liberdade e guerra) no que denomina de “qualidade dos povos”. Num capítulo dedicado ao tema dos povos que os romanos enfrentaram em sua época, Maquiavel escreve: “Nada deu mais trabalho aos romanos, no seu triunfo sobre os povos vizinhos e em parte das províncias distantes, do que o amor que naqueles tempos muitos povos tinham pela liberdade, e estes a defendiam com tanta obstinação que jamais seriam subjugados, senão por excepcional *virtù*. Porque muitos exemplos mostram os perigos a que se expuseram para mantê-la ou recuperá-la, que vinganças levaram a cabo contra aqueles que os privaram da liberdade. Ensinam-nos também as histórias quais os danos sofridos pelos povos e pelas cidades em razão da servidão. E, enquanto em nosso tempo existe apenas uma província em que se possa dizer que há cidades livres [referindo-se à Alemanha], nos tempos antigos todas as províncias tinham povos totalmente livres” (II, 2).

Como disse, o tema da liberdade é central no pensamento político republicano de Maquiavel, tanto interna quanto externamente. Internamente, o tema da liberdade consiste propriamente no fundamento da forma de governo republicana; externamente, consiste na qualidade dos povos que uma república, ao expandir-se, deverá enfrentar. Atenta Maquiavel para o fato de que, por conta de sua expansão imperial, os romanos tiveram de vencer “o amor que naqueles tempos muitos povos tinham pela liberdade”, defendida pelos mesmos “com tanta obstinação que jamais seriam subjugados, senão por excepcional *virtù*”, como aquela demonstrada pelos romanos.

Todavia, para Maquiavel, não se pode analisar o tema da liberdade antiga, em oposição à servidão, sem analisar, concomitantemente, o tema da religião antiga, em oposição à religião cristã, pois, “pensando, portanto, – escreve mais adiante – nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião [cristã] e a antiga” (II, 2). A diferença entre ambas reside

essencialmente no fato de que “a nossa religião [cristã], por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas”, enquanto “os gentios, que as estimavam muito e viam nelas [nas honras mundanas] o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações”. “A religião antiga – continua –, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e os príncipes de repúblicas”, enquanto “a nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos” (II, 2).

Em diversas oportunidades, Maquiavel afirma (argumento que seria repetido futuramente também por Rousseau) que o apego dos povos antigos à liberdade estava fortemente relacionado à religião antiga, que exaltava a *virtù* (a força, a violência, o ímpeto, a coragem, a bravura, etc.), cobrindo de honras aqueles indivíduos que se destacavam pela detenção desse atributo, enquanto a religião cristã se destaca, opostamente, por exaltar as virtudes cristãs (a bondade, a paciência, o sofrimento, a resignação, a piedade, etc.), considerando dignos de honra os indivíduos que destacam, inversamente, por levar uma vida santa. Para Maquiavel, a religião organizada em Roma por Numa Pompílio (segundo a lenda), entendida, não como *ius divinum* [direito divino], mas como *instrumentum regni* [instrumento de governo], permitiu ao povo romano desenvolver sua “excepcional *virtù*”, pois “foi – escreve – a *virtù* dos exércitos que lhe permitiu conquistar o império, e foram o seu modo de proceder e o modo como ela própria era constituída, estabelecido pelo seu primeiro legislador, que lhe permitiram conservar o que fora conquistado” (II, 1).

No que se refere à Itália, Maquiavel não se cansa de apontar a distância entre o passado romano e o presente cristão, pois que, “naquele tempo – escreve – de que ora falamos, em toda a Itália, desde os Alpes que agora separam a Toscana da Lombardia, até a ponta da Itália, todos os povos eram livres, assim como o eram os toscanos, os romanos, os samnitas e muitos outros que habitavam no restante da Itália” (II, 2), enquanto, modernamente, a Itália se encontra (em sua época) “mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína” (*O príncipe*, XXVI). Em outras palavras, enquanto os romanos resplandeciam, na antiguidade, como o mais livre dos povos, os italianos, modernamente, haviam se reduzido ao mais servil. Não por outro motivo, Maquiavel não economizará suas palavras para criticar, de um lado, a influência cristã na cultura italiana, e, de outro, a

falta de *virtù* dos príncipes italianos modernos (dois temas que aparecem vividamente no opúsculo de 1513). No primeiro caso, a Igreja católica será considerada a grande responsável pela falta de unidade do Estado italiano, fragmentado em diversas províncias politicamente frágeis (realidade que subsistirá até tardiamente); no segundo caso, os modernos príncipes italianos serão considerados responsáveis pela má administração dessas províncias (como é o caso de Florença).

Mencionado o tema da liberdade (ainda que apenas introdutoriamente), passemos ao tema da expansão imperial. Segundo Maquiavel, há três modos pelos quais uma república pode se expandir. O primeiro, que podemos chamar de confederativo, é descrito da seguinte forma: “Um [modo] foi o observado pelos toscanos antigos, e consistia em formar uma liga de várias repúblicas, em que nenhuma se impunha à outra em autoridade nem em importância, e, nas conquistas, tornar aliadas as outras cidades, de modo semelhante ao que fazem os suíços em nosso tempo e ao que fizeram, na Grécia, os aqueus e os etólios nos tempos antigos” (II, 4). O segundo, baseado em alianças, recebe a seguinte descrição: “O outro modo é fazer aliados, mas não a tal ponto que não te sobre o título de comando, a sede do império e a prerrogativa das empresas: foi esse o modo como os romanos procederam” (II, 4). E, um terceiro modo, que chamarei de puramente belicista, foi descrito nos seguintes termos: “O terceiro modo é criar, imediatamente, súditos, e não aliados; foi o que fizeram os espartanos e os atenienses” (II, 4).

O primeiro modo, confederativo, cujo exemplo apresentado é, entre outros, o dos antigos toscanos e dos modernos suíços, consiste no emprego predominante das relações de paz; enquanto o terceiro modo, puramente belicista, cujos exemplos mencionados se referem às Atenas e Esparta antigas, consiste no emprego predominante das relações de guerra. O segundo modo, seguido pelos romanos, inclui a trabalhosa questão das alianças (discutidas no capítulo XXI de *O príncipe* e no capítulo 11 do livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*), que redundam na avaliação das circunstâncias em que *bellum est quaerenda* [a guerra deve ser buscada] ou *pax est quaerenda* [a paz deve ser buscada].

Embora para Maquiavel as guerras sejam inevitáveis – segundo afirmara que “[os romanos] sabiam que as guerras não se evitam, mas se adiam em vantagem de outros” (*O príncipe*, III) –, nenhuma república sobreviverá estando em guerra

simultaneamente com todos os outros povos (terceiro caso), assim como não sobreviverá esperando acordar a paz simultaneamente com todos os povos (primeiro caso). O defeito da primeira forma – que será aquela proposta futuramente por Rousseau e Kant – consiste em seu fundamento idealista, ou seja, em sua inadequação àquilo que Maquiavel denomina de *verità effettuale delle cose* [verdade efetiva das coisas]; enquanto o defeito da terceira forma, considerada “de todo inútil”, consiste em “conquistar um domínio que não pode manter” (II, 4), ou seja, na má avaliação do próprio poder. No primeiro caso, da confederação, ignora-se que as guerras são inevitáveis e busca-se a paz mesmo quando *pax est vitanda* [a paz deve ser evitada]; enquanto no terceiro, do belicismo puro, ignora-se que “encarregar-se de governar com violência, máxime cidades acostumadas a viver livres, é coisa difícil e trabalhosa” e busca-se a guerra mesmo quando *bellum est vitanda* [a guerra deve ser evitada]. A primeira forma peca por excesso de paz (subvalorização da inevitabilidade das guerras); a terceira, por excesso de guerra (sobrevalorização da inevitabilidade das guerras).

O segundo caso, das alianças, seguido pelos romanos, consiste numa estratégia que concilia dois princípios opostos, um de caráter bélico, outro de caráter pacífico: primeiro, belicamente, “se não estiveres armado, e com grandes exércitos, não conseguirás comandá-las [as cidades atacadas] nem governá-las”; segundo, pacificamente, “precisarás de aliados que te ajudem e aumentar a população da tua cidade”. Em suma, quando *bellum est quaerenda* [a guerra deve ser buscada], deve-se recorrer ao expediente das armas; quando *pax est quaerenda* [a paz deve ser buscada], deve-se recorrer ao expediente das alianças. Quem olhar atentamente para a antiguidade verá, segundo Maquiavel, que apenas “Roma, que é exemplo do segundo modo de proceder, fez as duas coisas, alcançando assim excepcional poder” (II, 4). Aqueles Estados que, por outro lado, se dedicaram a uma política internacional baseada unicamente na paz ou unicamente na guerra (em termos contemporâneos, unicamente na estratégia ou unicamente na diplomacia) falharam em sua expansão.

Todavia, não se pode dizer que Maquiavel dedica igual espaço ao tema da paz e da guerra em seus escritos políticos: tanto em *O príncipe* quanto nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, assim como em suas demais obras políticas, o tema internacional por excelência será a guerra, e não a paz. Para Maquiavel, a guerra será o principal instrumento internacional de *virtù*, enquanto a paz honrará apenas aqueles que seguem as virtudes cristãs. Por sua excepcional preparação para a guerra, embora não

deixassem de fazer alianças (isto é, acordos de paz), quando necessário, os romanos dominarão, na antiguidade, todos os povos ao seu redor, ao passo que na preparação unicamente para a paz se reconhecerá a debilidade externa dos povos cristãos.

Não por outro motivo, praticamente todo o livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* será dominado não pelo tema da paz (ou das alianças), mas pelo tema das guerras romanas, que Maquiavel apresenta com os seguintes termos: “Depois de discorrer sobre como os romanos procediam para ampliar seus domínios, discorreremos agora sobre como procediam na guerra; e em todas as suas ações veremos com quanta prudência eles se distinguiram do modo seguido por todos os outros, para abrir caminhos e chegar à suprema grandeza. A intenção de quem trava guerra por escolha, ou seja, por ambição, é conquistar e conservar o que foi conquistado; e, para tanto, procede de tal modo que enriqueça, e não empobreça, sua terra, sua pátria. Logo, tanto para conquistar quanto para conservar, é necessário não gastar; aliás, fazer tudo para utilidade do tesouro público” (II, 6).

O mote preferido por Maquiavel, com relação às guerras romanas, é aquele que descreve “com quanta prudência eles se distinguiram do modo seguido por todos os outros [povos], para abrir caminhos e chegar à suprema grandeza”, ou seja, a relação entre a *virtù* romana e a grandeza que conquistaram, não apenas interna, mas sobretudo externamente. Como os romanos travavam guerra “por escolha” e não por obrigação (isto é, guerras ofensivas e não guerras defensivas), seu objetivo era “conquistar e conservar o que foi conquistado”, com vistas ao enriquecimento de sua terra e sua pátria, frente ao empobrecimento de outros povos, e não a vitória pura e simples. Em inúmeras passagens dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel descreverá a estreita relação entre guerra e riqueza, enfatizando que, segundo um dos mais importantes ensinamentos que se pode aprender com as guerras romanas, o ouro consiste num dos fins da guerra e não em seu meio, ou seja, deve-se ir à guerra em busca de ouro e não empregar o ouro para ir à guerra.

No primeiro caso, a república pode entrar rica numa guerra e, em perdendo, sair empobrecida, servindo sua própria riqueza como incentivo para a vitória de seus inimigos, enquanto, no segundo caso, uma república pobre pode entrar numa guerra com o intuito deliberado de, vencendo, enriquecer com os despojos do inimigo. Para os romanos, as guerras deveriam servir apenas para o enriquecimento do império, não

havendo interesse nem mesmo naquelas guerras em que se vence sem se aumentar o erário imperial. Maquiavel divisa, destarte, duas estratégias adotadas pelos romanos, tomando por marco divisório o evento do assédio de Veios [disputa entre os romanos e os etruscos] (que também seria lembrado por Rousseau no verbete “Economia política”, que escrevera para a *Enciclopédia* em 1755).

Primeiro, antes desse evento, os romanos preferiam empreender “guerras curtas e grossas” (como farão os franceses, dos quais Maquiavel afirmará em *O príncipe* que, entendiam de guerra, mas não de Estado), utilizando muitos soldados para conquistar a vitória no prazo de alguns dias: “se observarmos – escreve – todas as [guerras] que [os romanos] travaram desde os primórdios de Roma até o assédio de Veios, veremos que todas foram resolvidas em seis, dez ou vinte dias” (II, 6). Conquistando, dessa maneira, vitórias rápidas e devastadoras, os romanos obrigavam seus inimigos, “para não terem suas terras inteiramente devastadas”, a entrar em negociações vantajosas para os primeiros e desvantajosas para os segundos, impondo como pena aos derrotados a “entrega de territórios”, que eram, então, ou convertidos em possessões privadas, aumentando a riqueza romana, ou destinados a alguma colônia, aumentando o prestígio romano. Com esse tipo de vitória, os romanos “iam aos poucos conquistando reputação entre os inimigos e força entre seu próprio povo” (II, 6).

Segundo, depois do assédio de Veios, os romanos mudaram sua estratégia militar, adotando um procedimento diverso: “para poderem prolongar a guerra, determinaram que pagariam soldados, que antes não precisavam pagar, por serem curtas as guerras” (II, 6). Essa mudança, necessária para se conseguir travar guerras em localidades cada vez mais distantes da capital imperial, implicava em alterações diversas na forma de organizar a atividade bélica (embora, por diversas razões, que vão do “costume natural” à “ambição dos cônsules”, a determinação de fazer colônias e, quando possível, fazer guerras curtas, em nenhum momento tenha se perdido), entre as quais Maquiavel descreve as seguintes: antes não se precisava pagar soldo aos soldados, depois tornou-se necessário; antes as campanhas eram mais curtas, depois passavam a ser mais prolongadas; antes havia uma distribuição maior das presas de guerra, depois não mais; as próprias presas de guerras tornaram-se mais untuosas; e, por fim, aumentando a arrecadação do erário público deixou de ser necessário recorrer aos tributos internos para a provisão dos gastos externos. O resultado não poderia ser outro

para o império romano: “tal ordenação, em pouco tempo, tornou riquíssimo o seu erário”, enquanto “os outros príncipes e repúblicas não-sábios empobreciam” (II, 6).

Continuando, Maquiavel reconhece dois tipos de guerra. O primeiro tipo recebe a seguinte descrição: “Uma é travada por ambição de príncipes ou repúblicas, que procuram propagar seu império; tais foram as guerras travadas por Alexandre Magno e pelos romanos, bem como as que são travadas todos os dias entre uma potência e outra. Tais guerras são perigosas, mas não expulsam todos os habitantes de um lugar, pois o vencedor se satisfaz com a obediência dos povos, deixando-os, no mais das vezes, viver com suas leis e sempre com suas casas e seus bens” (II, 8). O segundo tipo é descrito com as seguintes palavras: “O outro tipo de guerra é aquela em que um povo inteiro, com todas as suas famílias, sai de um lugar, pela necessidade da fome ou da guerra, e vai procurar nova sede e novas terras, não para governá-las, como no caso acima, mas para apoderar-se de tudo, expulsando ou matando seus antigos habitantes. Essas guerras são muito cruéis e pavorosas” (II, 8).

Podemos chamar (utilizando dois termos freudianos) as primeiras de guerras polêmicas e as segundas, de guerras agonísticas (as quais os romanos enfrentaram em três ocasiões, vencendo sempre, duas vezes contra os gauleses [franceses] e uma vez contra os alemães e cimbrios). No primeiro caso, “um príncipe ou uma república que ataca uma região contenta-se em matar apenas aqueles que a comandam”, pois seu único objetivo é “estabelecer quem devia mandar”, enquanto, no segundo caso, “a estas últimas populações cumpre matar a todos, porque querem viver daquilo de que os outros viviam”, pois “com estes ele [o povo romano] sempre combateu pela salvação de cada um” (II, 8). A importância dessa distinção é desmedida para compreender a história do império romano, uma vez que, enquanto as guerras do primeiro tipo descrevem as diversas etapas da expansão romana, as guerras do segundo tipo – historicamente chamadas de invasões bárbaras – descreverão as diversas etapas da decadência desse mesmo império. No primeiro caso, reconhecemos a ascensão do império romano; no segundo, seu ocaso.

Se adotarmos a linguagem da filosofia da história viquiana, poderíamos chamar, concernentemente à história do império romano, o período das guerras polêmicas de *corso* [curso], ao passo que o período das guerras agonísticas se referiria ao *ricorso* [recurso]. Sob um ponto de vista, a história caminha progressivamente; sob

outro, regressivamente. O próprio Maquiavel não deixará de asseverar, no mesmo capítulo, essa fatalidade, com as seguintes palavras: “E não era pouca a *virtù* necessária para vencê-las [as guerras do segundo tipo], porque, como se viu depois, quando faltou *virtù* aos romanos, e aquelas armas perderam o antigo valor, seu império foi destruído por semelhantes povos: godos, vândalos e outros tantos, que ocuparam todo o Império do Ocidente”.

Mas, como o livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* é dedicado não ao tema do declínio do império romano, mas à sua expansão, pouca atenção, para além dessas parcas palavras, será dedicada às guerras do segundo tipo, que representam a perda da *virtù* romana (momento negativo de sua história), em comparação o tema das guerras do primeiro tipo, que representam a crescente *virtù* romana (momento positivo de sua história). Depois de Maquiavel, importantes pensadores políticos insistiriam na importância de analisar não apenas a ascensão romana, mas igualmente seu declínio (não apenas o momento positivo, mas igualmente seu momento negativo), entre os quais Vico, Montesquieu e Gibbon. Não se cogita, contudo, que Maquiavel desconhecesse o fato de que a história política dos povos possui não apenas momentos de ascensão e expansão, mas igualmente momentos de declínio e retraimento, se lembrarmos que a concepção de história maquiaveliana é a mesma (cíclica) exposta por Políbio e defendida explicitamente quando da análise das formas de governo no capítulo 3 do livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

Uma forma alternativa de explicar por que Maquiavel preferira centrar sua análise nos elementos que expõem a *virtù* romana e não nos elementos que expõem as razões porque o império romano seria sucedido por uma completa desagregação política, econômica e cultural pode ser procurada no fato de que o pensador florentino pretendia apresentar não uma completa filosofia da história, ou mesmo uma completa história de Roma, em seus discursos (que se centram apenas na “primeira década” da obra de Tito Lívio), mas exclusivamente os motivos que levaram à ascensão e expansão desse povo. Isso porque, em sua época, as lições negativas da história italiana eram vívidas para todos, enquanto quem procurasse pelo modelo das preciosíssimas lições positivas da história, há muito esquecidas, não teria outra escolha que investigar o passado. Por isso, do ponto de vista internacional, a descrição daquelas que chamamos de guerras polêmicas (determinadas pela *virtù*), que ilustravam lições positivas, parecia

mais importante que a exposição daquelas que denominamos de guerras agonísticas (determinadas pela fortuna), que ilustravam apenas as lições negativas da história romana.

Voltando ao tema dos meios a serem empregados nas guerras (especialmente as guerras polêmicas), Maquiavel escreve: “Visto que qualquer um pode começar uma guerra quando bem entende, mas não pode pôr-lhe fim quando quer, todo príncipe, antes de intentar uma empresa, deve avaliar suas forças e por elas governar-se. Mas deve sua prudência ser suficiente para que ele não se engane sobre suas forças; e enganar-se-á sempre que as avaliar pelo dinheiro, pelo território ou pela boa disposição dos homens, mas não tiver armas próprias. Porque aquelas coisas servem para aumentar as forças, mas não para dá-las, e por si mesmas nada são, de nada servindo sem armas fiéis. Porque o dinheiro, por mais que o tenhas, não te bastará sem estas; de nada adianta ser inexpugnável o lugar; e a fé e a boa disposição dos homens não duram, pois estes não podem ser-te fiéis se não pudeses defendê-los. Cada monte, cada lago, cada lugar inacessível torna-se plano onde faltam fortes defensores. O dinheiro também não só não defende, como transforma mais depressa em presa quem o possui” (II, 10).

Levando-se em consideração as guerras que se empreende “por escolha” (guerras ofensivas), é preciso notar que “qualquer um pode começar uma guerra quando bem entende, mas não pode pôr-lhe fim quando quer”, ou seja, pode escolher seu começo, mas não seu fim. Por isso, “todo príncipe [ou república], antes de intentar uma empresa [bélica], deve avaliar suas forças e por elas governar-se”, o que leva à importantíssima questão dos meios de guerra, que consiste num tema recorrente de todos os escritos políticos de Maquiavel, estando presente desde os primeiros escritos de 1498-1512 até a derradeira *História de Florença* (escrita entre 1520 e 1525 e publicada em 1532). Entre os meios de guerra enganosos, Maquiavel afirma que “enganar-se-á sempre” quem “avaliar [suas próprias forças] pelo dinheiro, pelo território ou pela boa disposição dos homens”, meios que “servem para aumentar as forças, mas não para dá-las, e por si mesmas nada são”, ou seja, podem ser considerados como meios necessários, mas não suficientes, para vencer uma guerra (ou, ainda, meios necessários para começar uma guerra, mas insuficientes para vencê-la). Dos meios enganosos, afirma-se: do dinheiro que, “por mais que o tenhas, não te bastará sem estas [armas próprias]”; do território, que “de nada adianta ser inexpugnável o lugar”; e, da boa disposição dos homens, que “a fé e a boa disposição dos homens não duram, pois estes

não podem ser-te fiéis se não pudeses defendê-los”. Destes três meios, aquele mais exprobrado por Maquiavel não é senão o primeiro, uma vez que “não pode – escreve mais adiante – ser mais falsa a opinião comum de que o dinheiro é o nervo da guerra” (II, 10).

Pode-se dizer que a crítica de Maquiavel contra o princípio *pecuniae sunt nervi belli civilis* [o dinheiro é o nervo da guerra] tem um alvo certo: a dinastia que governava Florença na época de Maquiavel, os Médici, consistia numa família de banqueiros que retirava seu poder justamente desse meio. Por confiar demasiadamente no poder financeiro, utilizado largamente para contratar exércitos mercenários, a família Médici descuidava, na mesma proporção, do único meio que Maquiavel considerava adequado para quem queira vencer uma guerra: as “armas próprias” (tema largamente desenvolvido em *O príncipe*). Sem mencionar, via de regra, o nome da família mais poderosa e importante do Renascimento florentino (pela qual seus próprios serviços serão contratados em seus últimos anos de vida), Maquiavel em verdade empenhará (corajosamente) todas as suas *grandi opere politici* [grandes obras políticas] na crítica do governo praticado, interna e externamente, pelos Médici na cidade de Florença, cuja atonia ficará exposta quando, em 1527 (mesmo ano em que Maquiavel viria, posteriormente, a falecer), serão destituídos do poder por uma sublevação popular, que reinstaurará o governo republicano.

Maquiavel não desconsidera a importância da riqueza para a política, seja interna ou externamente, sendo o aumento desta, como vimos, um dos objetivos do império romano. A riqueza, entretanto, deve ser considerada, como dito, antes um fim político que um meio. Embora os romanos tenham feito das guerras que empreendiam também um meio para o incremento de sua riqueza, nunca transformaram sua riqueza num meio para vencer suas guerras. As vitórias dos romanos se baseavam, segundo Maquiavel, na *virtù* de seu exército, ou seja, na organização de um exército próprio e no seu treinamento militar (duas atividades descuidadas pelos Médici em Florença), especialmente quando este combatia pela honra (guerras próximas), diminuindo até cessar quando passara a combater por soldo (guerras distantes). Nesta verdade, em grande medida, residia o fascínio maquiaveliano pelos romanos, para o bem e para o mal, chegando o autor muitas vezes a afirmar que é preferível perder uma guerra com um exército próprio e bem treinado a vencê-la com um exército alheio e sem

treinamento adequado, não passando este tipo de vitória de um presente (instável) da fortuna mais que de uma demonstração de *virtù*.

Continuando, Maquiavel compara duas táticas de guerra, que resumem, em grande medida, a questão dos meios. A primeira é descrita da seguinte forma: “Mas, para dizer agora o que penso, creio ser preciso fazer a seguinte distinção: ou se tem um território armado, como o tinham os romanos e o têm os suíços, ou se tem um território desarmado, como o tinham os cartagineses e tem agora o rei de França e os italianos. Neste caso, é preciso manter o inimigo longe de casa; porque estando a tua *virtù* no dinheiro, e não nos homens, estarás perdido sempre que o acesso a ele te for dificultado, e nada o dificulta mais do que a guerra em casa. Exemplo disso são os cartagineses [...]” (II, 12). A segunda tática é assim descrita: “Mas, quando os reinos são armados, como era o caso de Roma e como é o dos suíços, têm mais dificuldades para vencê-los quem mais se aproxima deles: porque tais corpos podem unir mais forças para resistir a um assalto do que para assaltar os outros” (II, 12).

No caso dos territórios desarmados, a única saída é “manter o inimigo longe de casa”, uma vez que, “estando a tua *virtù* no dinheiro, e não nos homens, estarás perdido sempre que o acesso a ele te for dificultado, e nada o dificulta mais do que a guerra em casa”. No caso dos territórios armados, “têm mais dificuldades para vencê-los quem mais se aproxima deles: porque tais corpos podem unir mais forças para resistir a um assalto do que para assaltar os outros”. No primeiro caso, onde falta *virtù* aos soldados, “sempre deve afastar-se de casa o mais que puder”, envolvendo-se apenas em guerras distantes; enquanto, no segundo caso, onde os soldados possuem *virtù*, “sempre [se] deve esperar em casa uma guerra poderosa e perigosa, e não [se] deve ir ao encontro dela” (II, 12). Num caso, como a vitória é demasiado incerta, a guerra deve ser travada o mais distante do próprio território para que a derrota não resulte na perda deste; no outro, havendo maior certeza de vitória, pode-se dar ao luxo de esperar a guerra em seu próprio território, sem grande receio de perdê-lo. Como Maquiavel considera como inevitáveis as guerras, não pode deixar de dar conselhos bélicos seja às repúblicas preparadas seja àquelas despreparadas para a guerra. A prova cabal dessa verdade é que, sejam os romanos antigos ou os suíços modernos, sejam os cartagineses antigos ou os franceses e italianos modernos, os primeiros preparados para a guerra, os segundo despreparados, nenhum desses povos deixou de conhecer aquilo que Locke chamaria,

no século seguinte, de “tumulto da guerra, que toma tão grande parte da história dos homens” (*Segundo tratado sobre o governo*, § 175).

Sobre as técnicas de conquista, Maquiavel descreve três modos conhecidos pelos romanos. O primeiro é o assédio, a respeito do qual escreve: “Por isso, sempre se abstiveram de tomar cidadelas por meio de assédio, pois achavam que esse modo de proceder acarretava despesas e incômodos tão grandes que superavam em muito qualquer utilidade que se pudesse extrair da conquista: por isso, acreditavam que seria melhor e mais útil subjugar as cidades por qualquer outro modo, mas não o assédio, motivo pelo qual em tantas guerras e em tantos anos se contam pouquíssimos exemplos de assédios feitos por eles” (II, 27).

O segundo modo é a expugnação, que Maquiavel divide em dois subtipos, a expugnação manifesta e a expugnação furtiva (ou conjuração), escrevendo sobre o primeiro subtipo: “A expugnação era feita com força e violência manifesta ou por força misturada à fraude. A violência manifesta consistia no assalto, sem derrubada das muralhas [...] – e muitas vezes conseguiram tomar uma cidadela, ainda que muito grande, num só assalto, como quando Cipião tomou Nova Cartago na Espanha –, ou, quando esse assalto não bastava, tentavam derrubar as muralhas com aríetes ou com outras máquinas bélicas” (II, 27).

Do segundo subtipo, conclui: “Quanto à conquista das cidadelas por violência furtiva, foi o que aconteceu em Paleópolis, que os romanos ocuparam por meio de entendimentos com os de dentro. Tanto os romanos quanto outros povos tentaram muitas expugnações como essa, e poucas deram bons resultados; isso porque qualquer mínimo impedimento põe o plano a perder, e facilmente ocorrem impedimentos. Porque a conjuração pode ser descoberta antes que se realize, e a descoberta não é muito difícil, seja por deslealdade daqueles a quem ela foi comunicada, seja por dificuldade de pô-la em prática, visto que é preciso conversar com os inimigos e com quem não é lícito falar, a não ser com algum bom pretexto. Mas mesmo que a conjuração não seja descoberta ao ser engendrada, ao ser posta em prática surgem mil dificuldades” (II, 27).

O terceiro tipo é a rendição, sobre a qual Maquiavel afirma: “Quanto à rendição forçada, a força pode provir de um longo assédio, como se disse acima, ou da contínua pressão de correrias, depredações e outros maus tratamentos; para escapar a isso, a cidade se rende. De todos os modos mencionados, os romanos usaram mais este

último, e passaram mais de quatrocentos e cinquenta anos esgotando os vizinhos com derrotas e correrias, ganhando, por meio dos acordos que faziam, autoridade sobre eles, como doutras vezes já discorremos. E foi esse o modo que mais usaram, mesmo experimentando outros, mas nos outros viram coisas perigosas ou inúteis. Porque no assédio há demora e gastos; na expugnação, dúvida e perigo; nas conjurações, incerteza. E viram que com uma derrota do exército inimigo conquistavam um reino em um dia, e, para tomarem por assédio uma cidade obstinada, demoravam muitos anos” (II, 27).

Desses três modos, Maquiavel nota que os romanos não recorriam ao assédio, que consistia em armar uma operação militar ao redor ou em frente a uma cidade, estabelecendo um cerco com a finalidade de exercer o domínio, “modo de proceder [que] acarretava despesas e incômodos tão grandes que superavam em muito qualquer utilidade que se pudesse extrair da conquista”, recorrendo os romanos no mais das vezes ou à expugnação ou, especialmente, à rendição. Com relação à expugnação, que consistia na conquista pela força das armas, seja aquela “feita com força e violência manifesta” (expugnação manifesta) – lógica da força – seja aquela feita “por força misturada à fraude” (expugnação furtiva) – lógica da fraude –, Maquiavel afirma que a primeira acarreta “dúvida e perigo”, enquanto a segunda acarreta “incerteza”. Num caso, aflui a necessidade da ofensa; no outro, “é preciso conversar com os inimigos e com quem não é lícito falar, a não ser com algum bom pretexto”. Tanto num caso como noutro, exige-se exímia *virtù*, embora no primeiro caso essa *virtù* se refira à estratégia e, no segundo caso, mais propriamente à espionagem, a qual “mesmo que [...] não seja descoberta ao ser engendrada, ao ser posta em prática surgem mil dificuldades”.

Com relação à rendição, que consiste em conseguir a capitulação do inimigo sem proceder necessariamente ao ataque, afirma Maquiavel ser este o modo predileto dos romanos: pela superioridade dessa tática, pela qual se obtém o mesmo resultado das demais táticas sem a necessidade do mesmo empenho seja em dinheiro seja em armas, “os romanos usaram mais este último [modo]”, vendo nos demais “coisas perigosas ou inúteis”. Com os demais modos de conquista, “[para debelar] uma cidade obstinada, [os romanos] demoravam muitos anos”, enquanto, com a tática da rendição, “com uma derrota do exército inimigo conquistavam um reino em um dia”. Prova cabal da superioridade desse modo: com menos empenho se consegue melhor resultado. Para Maquiavel, tanto a lógica da força quanto a lógica da fraude são válidas tanto internamente quanto nas relações internacionais: se vencer pela primeira representa uma

demonstração de *virtù* (dos males o menor), vencer pela segunda representa ainda mais *virtù* (dos bens o maior).

Por fim, como Maquiavel disse, no início do livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, que os romanos não preferiam se expandir nem pela confederação (predomínio da paz) nem pelo puro belicismo (predomínio da guerra), mas pelas alianças (que exigem a avaliação da necessidade ou não da guerra), não se pode terminar este texto sem voltar a falar nesse tema. Falamos até aqui das circunstâncias em que *bellum est quaerenda* [a guerra deve ser buscada] (que preenchem praticamente todo o livro II), mas, das circunstâncias opostas, em que *pax est quaerenda* [a paz deve ser buscada], igualmente reconhecida pelos romanos, Maquiavel escreve, ao final, o seguinte: “Os príncipes, portanto, quando atacados por homens muitíssimo mais poderosos que eles, não podem cometer o grande erro de recusar um acordo, sobretudo quando oferecido, porque ele nunca será tão desfavorável que em alguma de suas partes deixe de encontrar-se o bem-estar daquele que o aceita, e nisso estará parte de sua vitória. [...] Mas os homens cometem o erro de não saber pôr limites às suas esperanças e, apoiando-se nelas, sem medir suas possibilidades de outro modo, acabam por arruinar-se” (II, 27).

Segundo Maquiavel, não se pode dizer que os romanos empreendiam guerras irracionalmente, sem calcular sua utilidade, mas que, assim como sabiam reconhecer o valor da guerra, também sabiam reconhecer, quando necessário, o valor da paz. Quem empreende uma guerra ofensiva possui a esperança de vitória, mas não pode ter a sua certeza (lembramos do importante recurso dos exércitos romanos aos oráculos), pois a vitória só pode ser conhecida *ex post* [posteriormente], enquanto a esperança é, por sua natureza, um sentimento *ex ante* [anteriormente]. Em termos gerais, para Maquiavel, não convém empreender uma guerra que não pode ser vencida (assim como também não convém empreender uma guerra que, vitoriosa, prepara uma guerra futura que não poderá ser vencida): antes, é preciso distinguir quando é possível a “vitória” e quando uma república não faz mais que alimentar uma “falsa esperança de vitória” (II, 27).

Maquiavel define o sentimento que leva ao segundo caso como aquele que, “quando entra no peito dos homens, leva-os a passar dos limites e perder, na maioria das vezes, a ocasião de obter um bem certo, na espera de um melhor incerto” (II, 27). Quem empreende uma guerra ofensiva espera angariar uma posição melhor do que aquela que

já possui, mas isso só é possível em caso de vitória, quando consiste numa demonstração de *virtù* o empreendimento da guerra. Todavia, quando ocorre uma “falsa esperança que leva os homens a errar não só no que dizem, mas também no que fazem” (II, 27), o mesmo empreendimento não consistirá mais na demonstração daquela qualidade. Baseando-se (como de praxe) em “exemplos antigos e modernos”, e afirmando que “não é possível demonstrá-lo tão claramente com as razões” (II, 27), Maquiavel faz, então, uma defesa daquelas circunstâncias em que, ao invés de seguir o caminho da guerra, o príncipe deveria seguir o caminho dos acordos, segundo o princípio segundo o qual *pacta sunt servanda* [os acordos devem ser cumpridos], principal instrumento de paz conhecido durante muitos séculos.

Concluo, rapidamente, que, não esquecendo que as guerras são inevitáveis e convém às repúblicas (assim como aos principados) prepararem-se para elas, Maquiavel – que pode ser considerado o maior defensor renascentista da guerra (cuja maior oposição será encontrada no irenismo erasmiano) – reconhece também, embora subsidiariamente, o valor da paz: guerra e paz, dois temas antitéticos e igualmente presentes no pensamento de Maquiavel, tanto em *O príncipe* quanto nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bibliografia primária

MAQUIAVEL, Nicolau. “A vida de Castruccio Castracani de Lucca”. In: _____. *História de Florença*. Trad. s/n. Rev. P.F. Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 559-595.

_____. “Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem”. Trad. J.C. Bonin. Rev. J.L. Ames. *Tempo da Ciência*, v. 15, n. 30, 2008, p. 9-20.

_____. *A arte da guerra*. Trad. s/n. Rev. P.F. Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Org. H. Adverse. Trad. H. Adverse/G. Pancera. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. s/n. Rev. P.F. Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *História de Florença*. Trad. s/n. Rev. P.F. Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O príncipe*. Trad. M.J. Goldwasser. Rev. Z.A. Cardoso/P.F. Aranovich/K. Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Bibliografia secundária

ADVERSE, Helton. *Maquiavel – Política e retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ARANOVICH, Patrícia F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007.

ARON, Raymond. “Maquiavel e Marx”. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. M.J. Goldwasser. Rev. Z.A. Cardoso/P.F. Aranovich/K. Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p. 133-158. [Também como: ARON, Raymond. “Maquiavel e Marx”. In: _____. *Estudos políticos*. Trad. S. Bath. Brasília: UnB, 1985, p. 97-112.]

BACCELLI, Luca. “Maquiavel, a tradição republicana e o Estado de direito”. In: COSTA, Pietro & ZOLO, Danilo (Org.). *O Estado de direito – História, teoria, crítica*. Trad. C.A. Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 511-554.

BARINCOU, Edmond. *Maquiavel por ele mesmo*. Trad. A. Los Santos. Brasília: UnB, 1991.

BARON, Hans. “Maquiavelo, el ciudadano republicano y autor de *El príncipe*”. In: _____. *En busca del humanismo cívico florentino – Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. Trad. M.A.C. Ocampo. México: FCE, 1993, p. 333-374.

BERLIN, Isaiah. “A originalidade de Maquiavel”. In: _____. *Estudos sobre a humanidade – Uma antologia de ensaios*. Ed. H. Hardy/R. Hausheer. Trad. R. Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 299-348.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOBBIO, Norberto. “Maquiavel”. In: _____. *A teoria das formas de governo*. Trad. S. Bath. Brasília: UnB, 1985, p. 83-94.

_____. “O maquiavelismo”. In: _____. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. A. Fait. Rev. E.R. Martins. Brasília: UnB, 1997, p. 13-15. [Também como: BOBBIO, Norberto. “O maquiavelismo”. In: _____. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. A. Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 21-23.]

BOVERO, Michelangelo. “Ética e política entre maquiavelismo e kantismo”. Trad. L.M. Mariconda/P.R. Mariconda. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 25, p. 141-166, 1991.

CHABOD, Federico. *Escritos sobre Maquiavelo*. Trad. R. Ruzo. México: FCE, 1994 [1984].

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Trad. D. Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

- DUVERNOY, Jean-François. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. Trad. S. Bastos. Rev. A.V. Freitas/L. Di Marco/R.P. Silva. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013. (no prelo)
- FORTE, Juan Manuel & ÁLVAREZ, Pablo López (Ed.). *Maquiavelo y España – Maquiavelismo y antimachiavelismo en la cultura española de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008.
- FREDERICO [II]. *O Anti-Maquiavel*. Trad. C. Soveral. Lisboa: Guimarães, [1955], p. 139-288.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Maquiavel*. Trad. P.E. Duarte. Lisboa: Eds. 70, 2008.
- GAUTIER-VIGNAL, Louis. *Maquiavelo*. Trad. J.J. Utrilla. Mexico: FCE, 1993.
- GILBERT, Felix. “Maquiavel: O renascimento da arte da guerra”. In: PARET, Peter (Ed.). *Construtores da estratégia moderna – De Maquiavel à era nuclear, tomo I*. Trad. J.O. Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 27-53.
- GRANADA, Miguel Angel. *Cosmologia, religion y politica en el Renacimiento – Ficino, Savonarola, Pomponazzi, Maquiavelo*. Barcelona: Anthropos, 1988.
- HALE, John R. “Maquiavelo y el Estado autosuficiente”. In: THOMSON, David (Org.). *Ideas políticas*. Trad. J.G.M. Mora. Barcelona: Labor, 1973, p. 19-31.
- _____. *Maquiavel e a Itália da Renascença*. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- HASLAM, Jonatham. *A necessidade é a maior virtude – O pensamento realista nas relações internacionais desde Maquiavel*. Trad. W. Barcellos. Rev. P.P. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da casa dos Médici – O Renascimento em Florença*. Trad. H. Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- HILB, Claudia. *Leo Strauss: El arte de leer – Una lectura de la interpretación straussiana de Maquiavelo, Hobbes Locke y Spinoza*. México: FCE, 2005.
- LARIVAILLE, Paul. *Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)*. Trad. J. Baptista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- LEFORT, Claude. “A primeira figura de uma filosofia da *práxis* – Uma interpretação de Antonio Gramsci” [*Le travail de l'œuvre – Machiavel*, capítulo III, 7]. Trad. M.S. Chauí. In: QUIRINO, Célia G. & SOUZA, Maria T.R. (Org.). *O pensamento político clássico (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 5-25.
- _____. “Maquiavel e a *verità effettuale*”. In: LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. Trad. E.M. Souza. São Paulo: Discurso, 1999, p. 141-177.
- _____. “Sobre a lógica da força” [*Le travail de l'œuvre – Machiavel*, capítulo IV, 2]. Trad. M.S. Chauí. In: QUIRINO, Célia G. & SOUZA, Maria T.R. (Orgs.). *O*

pensamento político clássico (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 27-47.

MANSFIELD Jr., Harvey C. *Maquiavelo y los principios de la política moderna – Un estudio de los discursos sobre Tito Livio*. Trad. S. Mastrangelo. México: FCE, 1986.

MASTERS, Roger. *Da Vinci e Maquiavel: Um sonho renascentista – De como o curso de um rio mudaria o destino de Florença*. Trad. M.L.X.A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

McCORMICK, John P. “Democracia maquiaveliana: Controlando as elites com um populismo feroz”. Trad. A. Villalobos. Rev. L.F. Miguel. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 12, p. 253-298, 2013.

MEINECKE, Friedrich. *La idea de la razón de Estado en la edad moderna*. Trad. F.G. Vicens. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Trad. C. Berliner. Rev. P.F. Aranovich. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “Nota sobre Maquiavel”. In: _____. *Signos*. Trad. M.E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 237-252.

MOUNIN, Georges. *Maquiavel*. Trad. J.J.C. Rosa. Lisboa: Eds. 70, 1984.

NAMER, Gerard. *Maquiavel – ou As origens da sociologia do conhecimento*. Trad. A.R. Pinto. São Paulo: Cultrix, 1982.

PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

PITKIN, Hannah. “Gênero e política no pensamento de Maquiavel”. Trad. R.C. Costa. Rev. F. Biroli. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 12, p. 219-252, 2013.

POCOCK, John G.A. *El momento maquiavelico – El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Trad. M. Vasquez-Pimentel/E. Garcia. Madrid: Tecnos, 2002.

RENAUDET, Augustin. *Maquiavelo*. Trad. F.D. Del Corral/D. Lacascade. Madrid: Tecnos, 1965.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad. N. Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

SABATINI, Rafael. *César Bórgia*. Trad. F.R. Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946.

SALATINI, Rafael. “Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)”. *Discurso – Revista do Departamento de Filosofia da USP*, n. 41, p. 329-359, 2011.

_____. “Savonarola e as formas de governo”. *Revista do Mestrado em História*, Rio de Janeiro: USS, n. 2, 2012. (no prelo)

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. R.J. Ribeiro/L.T. Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. *Maquiavel*. Trad. M.L. Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

STRAUSS, Leo. “Nicolau Maquiavel”. In: _____ & CROPSEY, Joseph (Org.). *História da filosofia política*. Trad. H.G. Barbosa. Rev. M.B. Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 267-284.

_____. *Meditacion sobre Maquiavelo*. Trad. C.G. Gamba. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1964.

TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici – Da cidade ao Estado*. Trad. V.H.A. Costa. São Paulo: Perspectiva, 1973.

VILLARI, Pasquale. *Maquiavelo, sua vida y su tiempo*. Trad. A. Ramos-Oliveira/J. Luelmo. México: Biografías Gandesa, 1953.

VIROLI, Maurizio. *O sorriso de Nicolau – História de Maquiavel*. Trad. V.P. Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

WERTHEIMER, Oskar von. *Maquiavel*. Trad. H. Caro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

WHITE, Michael. *Maquiavel – Um homem incompreendido*. Trad. J. Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WOLIN, Sheldon S. “Maquiavelo: Actividad política y economía de la violencia”. In: _____. *Política y perspectiva – Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Trad. A. Bignami. Buenos Aires: Amorrortu, 1973, p. 210-256.